

EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Selma Aragão*

Ao falarmos em Educação e Direitos Humanos, torna-se imperioso situarmos a educação como entidade cultural, ou uma concepção ou sistema de ideias e de atitudes – comportamentos psicossociais ou aparelho ideológico –, e os Direitos Humanos como concepção naturalista e culturalista, cuja vigência será emoldurada pelo quadro da consciência coletiva que impulsionará "*a cidadania como o direito a ter direitos*", lastreada na definição de Hannah Arendt.

Como entidade cultural, no entendimento de SOBRINHO (1986) "*é produto da atividade intelectual das classes dominantes*", mas não são resultados diretos desta dominação, pois estarão condicionados às classes dominadas que as influenciarão, além de outros influxos estruturais da sociedade.

Sendo uma concepção ou sistema de ideias, a realidade social interpretada fundamentará em todos os níveis a prática pedagógica que terá, em relação às suas contradições, soluções ofertadas por este sistema, através de mecanismos de argumentação e em nível de representação.

Já na ótica dos sistemas de atitudes – comportamentais psicossociais, etc. – eles resultarão:

"em grande parte, das práticas pedagógicas concretas. Objetivam-se em determinadas categorias e esquemas de pensamento, em determinados hábitos e gostos culturais, nas reações dos sujeitos. Constituem sistemas de apreciação e de percepção incorporados e atualizados nas condutas dos sujeitos, transcendem, como realidade objetiva que são, o plano individual e se transformam em sistemas inconscientes" (SOBRINHO, 1986, p.38).

Na dimensão definida como aparelho ideológico, as funções coercitivas e consensuais se fazem presentes, já que num determinado momento o aparelho escolar, as instituições escolares, transmitem:

"uma representação determinada da sociedade e da história que provoca, em grande parte, a adesão de

* Faculdade de Direito/ UFRJ e Centro Universitário Moacyr. S. Bastos
Membro da Comissão dos Direitos Humanos -OAB/RJ- Doutora em Direito Público -
Delegada na América do Sul da Sociedade Internacional para Estudos da Criança –
Vitimóloga/ Sociedade Brasileira de Vitimologia.

grupos beneficiados pelo sistema escolar; ao mesmo tempo, o Estado assegura que esta transmissão se realize no sentido dos interesses estratégicos da classe ou grupo que domina. Então, além de ser um aparelho ideológico, o aparelho escolar passa a ser um aparelho do Estado" (SOBRIÑO, 1986, p. 38- 39)

A complexidade da imersão de categorias como cidadania e dignidade da pessoa humana apresenta múltiplos recortes que circundam o cenário da Educação e os Direitos Humanos, enquanto palco para absorção destas categorias.

A reengenharia do Estado brasileiro se dimensiona quando o enfoque Educação e Direitos Humanos se apresentam como vias de mão dupla, num movimento cíclico de capacitação e qualificação social.

A proposta educacional deve ser repensada, sob pena de tornarmos envelhecidas todas as doutrinas e teorias tendentes à transformação do homem, ser social, em ser vocacionado para um mercado que tem como corolário a exclusão. O modelo vencido que fragmenta o conhecimento, sem que se dê às matérias, atividades e disciplinas um contexto de harmonia com a prática que a sociedade clama, violenta os Direitos Humanos, na ótica individual de cada cidadão.

Repensar a Educação é escrever com ela a história dos Direitos Humanos, hoje avançados em categorias e classificações que vão desde as mais clássicas, assentadas nos princípios da Revolução Francesa e Americana, até as dimensões e gerações questionadas por algumas correntes que veem nos Direitos Humanos a sua indivisibilidade.

Apesar de vivermos num tempo em que a informação tem laços irredutíveis com a obsolescência e a vertigem, podemos congelar este texto no tempo das origens, isto é, no Iluminismo da Enciclopédia e do Direito do Homem e do Cidadão. Naquele tempo original afirmava-se que o homem só é livre quando não está sujeito a qualquer forma de opressão. A valorização do homem era antes tudo, uma questão de liberdade. O fim da sociedade não seria o bem individual ou o conjunto de bens individuais constitutivos das pessoas, porém o bem comum do corpo social, entendido como um todo de pessoas humanas. Ou ainda: um contrato social regido pela Fraternidade, Igualdade e Liberdade e que culminou na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

A Revolução Francesa seria inexequível sem o impulso intelectual dos intelectuais, grandes educadores do seu tempo, e que tem como coroamento a *Encyclopédie*, tendo à frente Diderot e D'Alembert. Era formada por 35 volumes, acabando com a antiga prática de enciclopédias escritas por um homem só. Os dois primeiros volumes foram publicados em 1751 e 1780 e esta empreitada foi duramente combatida por seu caráter polêmico, tendo sofrido condenações e confiscos. Entre seus colaboradores estavam Voltaire, Rousseau, Montesquieu, entre outros. A disseminação

das ideias destes enciclopedistas em muito contribuíram para a construção da consciência do homem como um ser de direitos e não apenas de deveres; de participação e não de submissão. Seus colaboradores denunciam os privilégios, acusam a escravidão, atacam o despotismo, condenam o absolutismo e dessacralizam o direito divino.

Para o enciclopedista Rousseau, o pedagogo da Revolução, a liberdade é a faculdade de cada um possui de fazer predominar sobre a sua vontade particular a vontade geral, que vai apagar *o amor de si mesmo* em favor do *amor de grupo*. A soberania coincide com a vontade geral. Seus atributos são efetivamente os dessa vontade inalienável, indivisível infalível, absoluta.

Duas belas utopias: a Revolução e os Direitos do Homem e do Cidadão.

A PARTICIPAÇÃO COMO ESCOLA DE CIDADANIA

O fim da experiência do socialismo real determinou a vitória esmagadora do pensamento único, com a hegemonia do capital neoliberal. Hoje estamos determinados pelo mercado e até mesmo as ideias podem ser definidas como mercadorias e produtos. Pessoas e cidadãos podem ser cotados na bolsa de valores dos ideais como consumidores obrigatórios e produtores potenciais. Neste campo de interesses, a Educação e os Direitos Humanos sofrem as mesmas contingências mercadológicas, já que até mesmo as ideologias estão limitadas pelas engrenagens das grandes corporações.

A hora é de desafios e mudanças e nos marcos teóricos para a Educação do século XXI, não podemos prescindir da consciência de um mundo transformado pela ciência, tecnologia, enfim, dos avanços incidentes nos múltiplos aspectos da vida do ser humano, quer no comportamento, quer no trabalho, nas escolas e nas organizações.

Neste panorama, a organização educacional deve acompanhar novas palavras de ordem, como gestão de organizações de ensino, a inter, multi, pluri, e transdisciplinaridade, o debate da qualidade total e outras decorrentes de avanços na casa planetária.

As práticas educacionais, alicerçadas no conservadorismo e tradição, nos símbolos e mitos de uma não-contemporaneidade, no limiar do século XXI, direcionam nossas carências sociais, políticas e econômicas, a uma crise de interpretação macromorfológica e microdinâmica de um Brasil contemporâneo, em processo de modernização, exigindo assim a ousadia da mudança.

No campo dos Direitos Humanos é, sem dúvida, o trabalho comunitário, no despertar das consciências de Cidadania Plena, que levará a estas comunidades o novo processo educacional, com a figura dos agentes, voluntários, dos partícipes e integrantes das diversas estruturas de representação. São os agentes sociais, capazes de rescrever a História Educacional e dos Direitos Humanos de nosso país.

Assim sendo, a grande palavra de ordem é PARTICIPAÇÃO, entendida aqui como A ESCOLA DA CIDADANIA E DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O ser humano, como o mais importante investimento da vida, na sua trajetória de ególatra a um espaço de progresso físico e moral, rompe diversos códigos atípicos, autocráticos, vaidosos e egoístas para atingir a sua autorealização e da sociedade onde está inserido.

Neste caminhar de desenvolvimento contínuo, de mutações constantes, vai à busca de desafios que possam alicerçar-lhe amadurecimentos culturais, morais e sociais, que o levem à conquista de si mesmo e de sua felicidade existencial.

O desconhecimento (que se descortina entre seres que vivem nos mesmos grupos) cede lugar às convivências centradas num só objetivo e ideal: construir-se, com fins ao crescimento.

Ao superar os instintos, o individualismo, o poder, a imaturidade, o homem exercita a mente capacitando-se a discernir e compreender, valorizando as oportunidades e conquistas morais, sedimentadas na razão como princípio orientador.

A utilidade social permeia o homem no seu egocentrismo, e só é aproveitada se vier complementada pelo relacionamento social, sob pena de alienar-se e se desconstituir de sua natureza de ser humano social.

O viver em comum, em comunidade, é o espaço revelador de sua maturidade moral, cujos valores adquiridos somam-se na plenitude de sua valorização.

Progredir é elevar-se e crescer eticamente é reescrever códigos de conduta capazes de ampliar o campo das realizações que a existência nos proporciona.

Na página da vida, estão escritos os desejos, anseios e as possibilidades, cabendo a cada um de nós aprendermos a lição oferecida, pois o dualismo do bem e do mal está grafado em nossas consciências. Nossos condicionamentos nos capacitam a identificar o melhor caminho para a paz interior, alicerce do bem; ou o caminho da frustração intrínseca, instrumentalização do mal.

A origem está no homem, este ser planetário, planejador da edificação de um mundo melhor, cujas ferramentas de solidariedade e fraternidade deverão alçar metas que construam um tempo de reciprocidade.

À medida que o homem ascende por transformações, modifica a marca do planeta com seus moradores e a casa planetária se consolida na unicidade do coletivo, do geral, do universal. Não estamos sozinhos. Nesta reflexão, o homem (a mulher, pessoa, indivíduo, cidadão) atinge dimensões capazes de fornecer às ciências humanas assertivas e contradições de tal ordem que surgem numa reengenharia social, buscando respostas aos conflitos originários em prol do desenvolvimento da espécie.

Ouvimos, comumente, no discurso educacional construções simbólicas que dizem muito do conservadorismo e quando caminham para propostas inovadoras os paradigmas não são mudados, atingindo lugares comuns, projetando reformas dentro dos gabinetes que não atingem a realidade do cotidiano dos cidadãos. E o discurso se

alonga como o era quando os descobridores transplantaram para o nosso país toda sua estrutura legal.

Tivemos a independência política, antes de termos a jurídica, e assim ocorreu com a educação, num caminhar atípico, estando diretamente relacionada ao clímax do processo histórico que se inicia com a chegada dos padres jesuítas que impuseram a cultura europeia, e por via de consequência, a forma do pensar europeu, onde se identificavam os grupos aqui alocados à autoridade da Igreja.

Mais uma vez, observa-se a dominação e o desinteresse para atividades artísticas, técnicas, científicas, levando a uma contaminação de estagnatismo à própria capacidade criadora.

Ao longo do quadro socio-histórico, a investigação histórica nos dá a resposta do não atendimento satisfatório da Educação brasileira, num sentido abrangente, clamando pela necessidade de mudanças sociais que propiciem um novo modelo de Educação Nacional.

Ou caminharemos para o dinamismo do desenvolvimento do panorama educativo, ou teremos a estagnação pela própria aceleração da história, pois a situação global mudou profundamente e também a própria imagem do homem, atingido que foi por esta aceleração e dinamismo histórico.

CONCLUSÃO

Neste panorama, a construção do futuro como nova referência para a gestão universitária, não poderá ficar alheia a uma Universidade que não tenha como objetivo potencializar *"energias para a construção de seu amanhã", "devendo-se partir da missão e das funções da Universidade (ensino, pesquisa e extensão) para chegar à Qualidade"* (Tubino, 1997, pág. 51. 52)

"No caso da Universidade, a preocupação da sua gestão com o futuro passa a construir um novo ingrediente da crise universitária. Para enfrentar esse novo componente em sua crise, penso que a Universidade terá doravante que restaurar-se para:

- 1. Aumentar a ambição acadêmica de seus quadros de recursos humanos;*
- 2. Fortalecer a capacidade de inovação;*
- 3. Desenvolver o seu potencial acadêmico (recursos humanos, parque informático, tecnologia de informação etc.).*

Além destas três proposições, tenho a percepção de que a qualidade será a grande base para a construção do futuro da Universidade".

A Educação deverá, no caminhar das diversas interpretações, se objetivar na construção de pessoas humanas, sujeitos travando relações com outros, transformando a realidade com firmeza, segurança, visão crítica, conduzindo à abertura, receptividade e diálogo, valorizando sua clientela – os jovens e adultos dos séculos vindouros –, onde as temáticas, por exemplo, de fertilização assistida, clonagem, transgênicos e demais questões controvertidas surgidas no século atual, cederão espaço a novas dimensões de descobertas, onde no interior do homem, o seu "vir a ser", por certo encontrará respostas para a sua existência nesta "casa planetária" e sua vivência com o verdadeiro processo educacional, que a participação de todos na construção de sua própria cidadania soberana.

BIBLIOGRAFIA

ARAGÃO, Selma Regina. Direitos humanos na ordem mundial. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NISKIER, Arnaldo. LDB, a nova lei da educação: tudo sobre a lei de diretrizes e bases da educação nacional: uma visão crítica. Rio de Janeiro: Consultar, 1986.

SOBRIÑO, Encarnacion. Ideologia e educação. Reflexões teóricas e propostas metodológicas. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.

TUBINO, Manoel José Gomes. Universidade, qualidade e avaliação. Rio de Janeiro: Qualitymark / Dunya Ed., 1997.